

ESP-DEPTO.POL.JUD.SP.INTERIOR - SJCAMPOS

Estudo Técnico Preliminar 5/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 058.00014763/2026-83

2. Descrição da necessidade

Há necessidade de contratação de serviço de certificação digital pois é essencial para assegurar a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos eletrônicos, atendendo às exigências de segurança e conformidade em diversas transações digitais. Sua utilização é imprescindível para a publicação de documentos no Diário Oficial do Estado de São Paulo (D.O.E) e para o envio de documentos ao Tribunal de Contas do Estado (TCE). Além disso, a certificação digital é amplamente aplicada em outras áreas, como assinatura de contratos, envio de declarações fiscais, acesso a sistemas de órgãos governamentais e processos que exigem garantia de identidade e proteção contra fraudes.

Nesse Caso em específico há necessidade de adquirir um certificado digital para funcionária responsável pelo acesso a Plataforma e-social (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas). O acesso a Plataforma foi exigido em face das condicionantes estabelecidas pela Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Segurança Pública. Todo o trâmite de indicação de funcionários foi documentado através do processo SEI nº 058.00145817/2025-71 e através de e-mail.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Núcleo de Finanças	Daisiane Barboza Garcia

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

São requisitos da contratação:

A Validade do Certificado de 2 anos contados a partir da validação;

Atendimento para validação por vídeo conferência;

Envio do token para o endereço informado.

5. Levantamento de Mercado

O Decreto estadual nº 48.599/2004 determina:

"Art. 2º - Os serviços de certificação digital, descritos no anexo ao presente decreto, serão obrigatoriamente contratados com a Imprensa Oficial do Estado S.A. - IMESP, que atuará como Autoridade Certificadora - AC e Autoridade de Registro - AR, nos termos da normatização de regência.

Parágrafo único - A contratação de que trata o "caput" deste artigo será realizada com dispensa de licitação, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes."

Cumpre informar que a partir de 2021, conforme estabelecido na Lei Estadual nº 17.056, de 05.06.2019 e regulamentado pelo Decreto estadual nº 64.418, de 28.08.2019, ocorreu a incorporação da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo S/A - IMESP pela estatal Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, passando desde então, os serviços a serem prestados pela PRODESP.

Tratando-se de obrigatoriedade de contratação da PRODESP, como já apontado, não há possibilidade de escolha de outro prestador do serviço, sendo os preços definidos pela política da empresa.

O artigo 75, Inciso IX da Lei 14.133/2021: Permite a contratação direta de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) prestados por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico antes da vigência da Lei. .

6. Descrição da solução como um todo

A Solução deverá atender as seguintes especificações:

- a) Certificado Digital A3 para pessoa física (e-CPF), com armazenamento em Token - USB;
- b) O Certificado deverá possuir validade de 2 anos contados a partir da validação que ocorrerá através de vídeo conferência;

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Serão adquiridos 01 (um) certificado digital novos, para a servidora Daisiane Barbosa Garcia do Núcleo de Finanças deste Departamento de Polícia Judiciária DEINTER 1 - São José dos Campos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 261,26

O valor estimado para contratação do Certificado Digital é de R\$ 261,26 (duzentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não há possibilidades de parcelamento da solução, devido as características do item contratado e a obrigatoriedade de contratação deste serviço com a PRODESP, conforme Decreto estadual nº 48.599/2004.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas e/ou interdependente a esta contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação pretendida está alinhada com o planejamento anual, conforme item - Serviços de Emissão de Certificado Digital , com número de identificação da futura contratação 180280-22/2026, com data prevista de conclusão da contratação em 31/05/2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Através da aquisição do documento eletrônico, na versão certificado digital para pessoas físicas, emitido por uma Autoridade Certificadora para servidores lotados neste Departamento de Polícia Judiciária DEINTER 1 - São José dos Campos será possível o envio de arquivos para publicação no Diário Oficial do Estado e acesso a plataforma e-social, visando o cumprimento de atos obrigatórios relacionados à atividade policial e administrativa, proporcionando eficiência no trabalho, assuntos relacionados à administração e órgãos públicos.

13. Providências a serem Adotadas

Não existem providências a serem adotadas para aquisição dos serviços de certificação digital.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os impactos ambientais são irrelevantes para esta contratação devido sua utilização ocorrer em ambientes virtuais, sem geração de resíduos ou outras fontes poluentes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Está equipe considera a contratação viável.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENATA DO CARMO LOURENCO COSTILHAS

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 09/02/2026 às 16:40:56.

